

Agente Fiscal

SINDIFISCO
NACIONAL
DELEGACIA SINDICAL
DO RIO DE JANEIRO

Ano V - Outubro/Novembro de 2014

SEMINÁRIO

Qual é a nossa meta?

AFRFB questionam modelo de mensuração do trabalho fiscal



Presidente da DS/Rio, João Abreu, abre seminário que teve transmissão online



Pressionados por um critério de mensuração que prioriza a quantidade e não a relevância do trabalho executado, Auditores-Fiscais da Receita Federal de diferentes regiões reuniram-se na Sede da DS/Rio, no dia 11 de setembro, para debater o modelo gerencial que se mostra inadequado às finalidades do Serviço Público e da Receita Federal. A chegada do teletrabalho à instituição também foi analisada, com foco especial na exigência de 15% a mais de produtividade individual, em relação àqueles que trabalham presencialmente.

Na abertura do seminário, o presidente da DS/Rio, João Abreu, enfatizou que os AFRFB não questionam a existência de metas institucionais, mas sim, o equívoco de conceituar como eficiência técnica a rapidez na execução dos processos – o que, numa atividade investigativa, pode gerar o retrabalho.

“Não se trata de simples adequação a novos critérios de produção, mas de um modelo que desvirtua a essência do nosso trabalho ao privilegiar números”, disse o representante sindical, que percorreu diversos setores da RFB, no Rio, nas semanas que antecederam o evento, para ouvir relatos de colegas.

A mesa de debates foi composta pela Direção Executiva Nacional (DEN), representada pelo diretor de Defesa Profissional Carlos Rafael da Silva; por Marcelo Lettieri, vinculado à DS/Ceará, que apresentou avaliação técnica sobre os métodos adotados na RFB; e Iranilson Brasil, diretor-Secretário da DS/Pará, localidade surpreendida por mudanças significativas na área aduaneira. Para ampliar o debate, o evento foi transmitido pela internet, em tempo real. **Páginas 5 - 8**

Remuneração em SP e MG

A remuneração variável baseada em avaliações de desempenho, adotada pelos governos de São Paulo e Minas Gerais, com suas repercussões para aposentados e pensionistas, foi o tema de painel apresentado no Encontro de Auditores da Ativa, Aposentados e Pensionistas, promovido pela direção da DS/Rio em Búzios (RJ), de 17 a 19 de outubro. **Página 3**

Campanha da DS/Rio

A campanha para atualização do cadastro de filiados continua. Os colegas podem colaborar com a iniciativa comparecendo pessoalmente ou telefonando à Sede Quitanda

(Rua da Quitanda, 30
11º andar – (21) 3916-8550).

Meta inalcançável

Gradativamente, a Receita Federal do Brasil vem implantando um modelo de mensuração do trabalho baseado em resultados quantitativos que empobrece a atividade fiscal e desvirtua as atribuições dos AFRFB. Importado da iniciativa privada, esse modelo retira o foco da qualidade das análises para exigir volume de processos executados, sob critérios incompatíveis com a atividade-fim da instituição. Como numa linha de produção, quanto mais se executa, mais há a executar, o mais rápido possível. O tempo é o vilão.

Calcada em horas-padrão que desconhecem fatores subjetivos – no Julgamento, a quantidade de folhas determina o tempo de análise de cada processo –, essa forma de avaliar a atividade laboral gera controvérsias entre os estudiosos do trabalho humano, que a consideram ineficaz e desmotivadora. Na RFB, sua adoção põe em risco a autonomia dos Auditores para decidir se devem aprofundar uma investigação fiscal. A pesquisa e a troca de impressões técnicas entre os colegas já cede espaço à urgência da execução. As pessoas se concentram em resultados numéricos.

A questão incomoda e exige posicionamento da categoria. Afinal, por que o Serviço Público adotou um sistema de metas questionado em sua própria origem, a iniciativa privada? Como se chegou à hora-padrão atribuída a cada processo? A pressão por metas ascendentes compromete a qualidade do trabalho investigativo? Qual o risco de gerar análises superficiais? Qual o índice de retrabalho? Como esses fatores alteram a cultura institucional e impactam os seres humanos? Os resultados beneficiam a sociedade brasileira?

A direção da DS/Rio acredita que a força da unidade da categoria pode levar adiante duas ações: avaliar o assunto, em âmbito nacional, e propor mudanças para preservar a saúde e a qualidade do trabalho dos AFRFB, cujo foco é beneficiar a sociedade.

Metas são necessárias para incentivar o ser humano a se tornar ainda melhor. Mas, devem ser pautadas por critérios coerentes com a natureza e objetivos de cada lugar. Do contrário, serão fator de estresse, adoecimento, insegurança e ineficácia.



O **Agente Fiscal** é uma publicação da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do Sindifisco Nacional – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil

- Presidente:** João Luiz Teixeira de Abreu
Vice-Presidente: Antônio Henrique Azevedo da Cunha
Segunda Vice-Presidente: Maria Gláudia Ferrer Mamede
Secretário-Geral: Luiz Roberto Bicalho Domingos
Diretor de Finanças: Sonia Maria Bindaes Campos Pereira
Diretor-Adjunto de Finanças: Robson Guedes Lassarat
Diretor de Administração: Fábio Alves Cabral
Diretor de Assuntos Jurídicos: Marcílio Henrique Ferreira
Diretora-Adjunta de Assuntos Jurídicos: Bety Gutnik Nisembaum
Diretora de Defesa Profissional: Fátima e Silva Rodrigues
Diretor de Comunicação: Rodrigo de Almeida Rodrigues
Diretora de Assuntos de Aposentados: Eliane Barros Rocha
Diretora-Adjunta de Assuntos de Aposentados: Sonia Maria Cunha dos Santos
Diretor de Relações Intersindicais e Assuntos Parlamentares: Helio Fernando Mulylaert da Silva Lima
Diretor-Adjunto de Relações Intersindicais e Assuntos Parlamentares: Paulo Torres de Carvalho Barbosa
Diretor de Saúde e Qualidade de Vida: Leunam Costa Leite
Diretor-Adjunto de Saúde e Qualidade de Vida: Airton Gonçalves Dias
Diretora de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social: Célia Satiyo Seto
Diretora de Políticas Sociais e Assuntos Especiais: Teresa Maria da Silva Vagos
Diretores Suplentes: Carla Maria Marques da Silva Leal, Eulina Crispiano Lemos Filha, Frederico Lednik, Sônia Chaves Mesentier e Regina da Fátima da S.C. Hardman
Conselho Fiscal: Lenine Alcântara Moreira, Rodolfo de Castro Sousa Filho e Luiz Gustavo Pereira Regadas

Endereços da DS/RJ

Rua Debret, 23 - Sl's. 711/712 – Centro
 CEP 20030-080 – Fone: (21) 3125-3800
 Fax: (21) 3125-3805 e Rua da Quitanda, 30
 11º andar – Centro – CEP 20011-030
Fone: (21) 3916-8550

E-mail: dsrj@sindifisconacional-rj.org.br
Site: www.sindifisconacional-rj.org.br

Jornalista Responsável/Redação: Sônia d'Azevedo (Reg.Prof. 17226 RJ) **Diagramação:** Sylvio Marinho
Fotos: Sônia d'Azevedo e Jorge Alberto
Impressão: Gráfica Sumaúma

Distribuição gratuita – circulação local. Textos assinados não contêm, necessariamente, a opinião dos responsáveis por este jornal.

Encontro em Búzios analisa remuneração variável em MG e SP

Prêmios por desempenho desorganizam vida pessoal.
Em Minas, valores não incidem na aposentadoria

A direção da DS/Rio reuniu filiados ativos e aposentados para um Encontro especial em Armação de Búzios (RJ), entre os dias 17 e 19 de outubro. O evento conjugou o merecido lazer com o debate essencial sobre os rumos do país, do Serviço Público e do Sindicato, a partir do novo governo a ser eleito no dia 26 de outubro.

As premiações por desempenho em Minas Gerais e São Paulo e suas consequências para a remuneração dos servidores ativos, aposentadorias e pensões, compuseram o painel “Panorama da Remuneração dos Fiscos Estaduais – Gratificações extensivas aos aposentados?”. Os palestrantes foram Miriam Arado, presidente do Sindicato dos Fiscais de Rendas de São Paulo, e Antônio (Toninho) de Pádua Silva e Lucas Rodrigues Espeschit, representantes da Associação dos Fiscais de Rendas de Minas Gerais. O vídeo do painel está disponível nesse link: <http://www.youtube.com/watch?v=E204oCsGLTA&sns=em>

Bônus – O painel revigorou o debate sobre gratificações vinculadas ao batimento de metas institucionais, num momento em que o Sindifisco Nacional elabora, com a Receita Federal, critérios para introdução do Bônus Vinculado à Eficiência Institucional para os AFRFB.

Rejeitada em assembleia nacional pelos filiados do Rio, mas aprovada pela categoria, a proposta do bônus teve como parâmetro as possíveis vantagens financeiras dos Fiscos estaduais. Independente da denominação escolhida pela Administração, em essência, o bônus é uma forma de remuneração variável que compromete conquistas históricas como o subsídio e a paridade entre ativos e aposentados.

Perdas irreversíveis – Experientes na luta pelos direitos de seus representados, os colegas relataram as perdas impostas por um modelo de remuneração que atende exclusivamente às políticas de governo, enquanto desestrutura o Serviço Público, desvaloriza a carreira e gera insegurança funcional.

Em que pese o esforço jurídico das entidades representativas e a intensa mobilização dos Fiscais, os danos foram irrecuperáveis. Onde havia harmonia no trabalho e equidade nos ganhos, surgiu a competição interna, decorrente de um critério de avaliação por desempenho que promoveu a desigualdade salarial, favorecimentos individuais, penalizações aos afastados por motivo de saúde, férias e licença maternidade. A degradação do valor da remuneração foi acompanhada pela perda de autoridade fiscal, desagregação das equipes, dissolução da uni-



Miriam Arado (SP), Francisco César (DS/Ribeirão Preto), Toninho de Pádua e Lucas Espeschit (MG)

dade da categoria, receio do futuro funcional, adoecimentos.

Por consequência, o valor das aposentadorias e pensões – que, afinal, é construído ao longo da atividade funcional – sofreu forte impacto, devido à gangorra salarial. Em Minas, a parcela do prêmio por produtividade não é extensiva aos aposentados. Em São Paulo, os aposentados recebem a participação nos resultados (PR), mas os valores não são iguais.

Experiência mineira – No Fisco mineiro, o prêmio por produtividade deixou de ser adicional para virar política de remuneração e promover sérias distorções. A meta não veio com um instrumento gerencial, mas um meio de engessar a remuneração do Fisco. Como citou Toninho de Pádua, o arcabouço normativo foi muito bem elaborado e os tribunais concluíram se tratar de remuneração transitória, precária – portanto, recebia somente quem participava do “esforço”, o que excluiu aposentados, pensionistas e, num primeiro momento, até os licenciados.

Contando com excelente corpo jurídico, o sindicato estadual fundamentou sua defesa em aspectos como: paridade para aposentados; direitos adquiridos; ato jurídico perfeito e legalidade, uma vez que avaliação de desempenho se baseia em critérios subjetivos. Perdeu todas as ações – exceto duas, por equívoco da Advocacia Geral do Estado. Os tribunais nem consideraram o direito à paridade, se os servidores em férias regulamentares faziam jus ao prêmio, por que os ocupantes de cargo em comissão recebiam sem estar sujeitos à avaliação de desempenho.

Experiência paulista – Até a Emenda à Constituição nº 41/2003, a remuneração do Fisco de São Paulo tinha uma estrutura semelhante à atual, mas não havia renda variável, e sim, metas. O excedente de produtividade seguia para uma conta corrente e, no final do ano, o total (“bolão”) era repartido igualmente entre ativos e aposentados. O teto remuneratório não incluía as vantagens pessoais. Em 2004, bolão e vantagens pessoais foram colocados nesse teto. A decisão feriu o princípio da irredutibilidade de vencimentos e o Sindicato recorreu à Justiça, mas o processo não evoluiu. Desde então, cerca de 200 filiados já faleceram sem ver qualquer resultado.

Em 2007, o governo introduziu a remuneração variável. O salário inicial era de R\$ 11 mil e passou a R\$ 6 mil, com a criação de um sétimo nível – para baixo. A Participação nos Resultados (PR) gerou problemas para ativos e aposentados e divisionismo entre novos e antigos – metas publicadas após o fechamento do trimestre; ativos e aposentados não recebem na mesma data; as pessoas se preocupam mais com a PR do que com a situação funcional.

Miriam Arado enfatiza que as metas sempre existiram e eram cumpridas, mas “é impossível participar de um modelo cujos resultados independem da categoria”. Em sua experiência, ela entende que os ocupantes de carreiras de Estado devem ter remuneração fixa determinada por lei, pois o Executivo de qualquer instância altera as regras quando quer. E resume: “Querida que essa PR fosse salário, porque fiscal fragilizado é alvo do mau contribuinte”.

Itaguaí tem déficit acentuado de auditores em momento de forte expansão local

O Porto de Itaguaí cresce em ritmo acelerado, embalado pelos altos investimentos em modernos terminais e equipamentos destinados a agilizar a movimentação de granéis e carga geral. A inauguração, em julho deste ano, do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, facilitou o acesso à região. Em breve, a autoestrada irá ligar aquele porto ao município de Itaboraí – onde está sendo construído o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), da Petrobras –, acentuando sua importância para a economia nacional.

Já o quantitativo da aduana local caminha no sentido inverso. Os 42 Auditores-Fiscais lotados em setembro de 2006 se reduziram aos atuais 24 – três deles, alocados em Angra dos Reis. Se, na década passada, a distância do Rio de Janeiro e o tempo de viagem contribuíram para o esvaziamento da unidade, o que se observa hoje é o déficit dos quadros por motivo de aposentadoria. A falta de concursos de remoção e de concurso público com maior número de vagas para a Receita Federal compromete o quantitativo de todas as aduanas do Rio.

Sem renovação – “Convivemos com acúmulo de trabalho, falta de renovação dos quadros e a certeza de que, em breve, outros auditores sairão, por aposentadoria”, informa o inspetor-chefe Alexandre Miguel, que assumiu o cargo em maio de 2012.

A exemplo de outras unidades aduaneiras, a faixa etária de Itaguaí é elevada. “Hoje, 30% dos auditores daqui estão próximos da aposentadoria. Em cinco anos, serão 50% e não tenho perspectiva de reposição”, lamenta o administrador. Ainda assim, ele comemora a chegada recente de dois auditores, por acompanhamento de cônjuge. “Senão, seríamos somente 22”, enfatiza.

A preocupação em manter a presença fiscal e a qualidade do trabalho diante do cronograma apertado é permanente. A extensão da costa – são 180km, de Itaguaí a Angra dos Reis – e o volume da movimentação justificariam o regime de plantão 24 horas, que o inspetor não pode implantar, pois seriam necessários quatro auditores somente para esse fim.

“O aumento de DIs comprova a evolução do porto e de sua capacidade técnica. A presença fiscal deveria acompanhar esse processo. Como não há quadro suficiente, desde a administração anterior operamos no horário comercial”.

Elemento humano – Na avaliação de Alexandre Miguel, o ponto favorá-



Inspetor Alexandre Miguel e Analista Lucicleide Ribeiro apresentam o Projeto Transparência aos representantes da DS/Rio, Antonio Henrique Cunha e Olavo Porfírio



Porto de Itaguaí:anel rodoviário, aumento de calado, novos terminais e equipamentos modernos agilizam movimento portuário e exigem presença fiscal ainda mais forte

vel é o alto nível técnico da equipe, reforçada por seis analistas. “Parabenizo o pessoal pelo esforço constante para atender à demanda. Por sorte, somos todos experientes em Aduana. Temos alcançado bons resultados, mas o ideal aqui seriam 40 auditores”, afirma.

Quanto à evolução tecnológica, que costuma ser citada como um facilitador do trabalho aduaneiro, ele admite que “os instrumentos ajudam e vieram para ficar, mas nada substitui a presença do ser humano, treinado e atento às irregularidades”.

E foi justamente o risco de perder o conhecimento acumulado, em razão da saída progressiva dos auditores experientes, que surgiu na unidade o Projeto Transparência, em funcionamento desde abril deste ano. O objetivo é preservar os registros das atividades aduaneiras em Itaguaí e documentar os procedimentos de cada setor.

“Precisamos preservar nossa memória funcional e o saber gerado aqui. O projeto foi estruturado a partir das contribuições da equipe e vai se aprimorando com novas informações”, diz o inspetor, que teve o apoio da analista Lucicleide Ribeiro da Silva para a criação e o desenvolvimento do projeto.

Além do Transparência, o treinamento setorial pretende garantir que todos saibam onde e como cada área se interliga às demais. “Temos consciência do que representa o porto de Itaguaí para o país e conhecemos o valor de nosso trabalho. Não temos contingente ideal, mas podemos trabalhar de forma integrada, principalmente nos momentos em que a pressão aumenta”, afirma o inspetor.

RFB registra déficit progressivo de contingente

Entre 2007 e 2014, o quadro de Auditores-Fiscais da Receita Federal encolheu em 2.020 pessoas. Os parcos 917 ingressos registrados na década atual – 2010, 2011 e 2013 –, não foram suficientes sequer para suprir o vazio criado pelas 2.594 aposentadorias ocorridas entre 2010 e 2014, sem citar as outras perdas verificadas no mesmo período. Diante dessa realidade, acentuada pela ausência de ingressos nos anos de 2008, 2009, 2012 e 2014, todas as unidades sob a jurisdição da DS/Rio atuam hoje com um contingente insatisfatório para atender ao crescente volume de trabalho. Fonte: Site da Receita Federal, “Nossos Servidores” – dados de 20/03/2014

ANO	REGISTRO	RECEITA	RECEITA	RECEITA	RECEITA	RECEITA	RECEITA	RECEITA	RECEITA
2007	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
2008	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	917	917	917	917	917	917	917	917	917
2011	917	917	917	917	917	917	917	917	917
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2013	917	917	917	917	917	917	917	917	917
2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Modelo esvazia competências e reduz autoridade fiscal



Pressão por metas de arrecadação desmotiva Auditores-Fiscais em todo o país

A iniciativa de discutir os parâmetros adotados pela Receita Federal para mensurar o trabalho dos AFRFB vem se delineando há cerca de dois anos na DS/Rio. Em novembro de 2012, um manifesto dos colegas da Delegacia de Julgamento reforçou a ideia. No documento, os colegas apontaram o reducionismo das atribuições fiscais e a desqualificação intelectual, a partir da avaliação quantitativa.

Nos meses que antecederam o Seminário do dia 11 de setembro, a direção da DS/Rio percorreu diversos setores para entender os entraves à execução dos processos e como isso repercutia em cada unidade. Os locais visitados foram: DRF I e II, DRJ, Malha Fiscal, Demac, Alfândega do Aeroporto Internacional.

Assim, a proposta de começar o debate pelas repercussões da Portaria 974/2014, aplicada à Fiscalização, evoluiu para uma discussão sobre o modelo de avaliação laboral adotado na instituição RFB e de que forma a categoria, unida, poderá reverter essa realidade.

Críticas – O volume de queixas assombra, tanto quanto a similaridade. Em todos os setores, houve referências à mensuração inadequada ou incompatível com a natureza do Serviço Público e da RFB; à redução do tempo das análises para

acelerar o cumprimento de metas sempre ascendentes; ao esvaziamento de competências; ao reducionismo intelectual; à perda de autonomia e autoridade fiscal.

Ao término de cada encontro, o mesmo questionamento – de onde vieram esses critérios e por quê? E a mesma certeza – o AFRFB está preocupado com a forma atual de trabalhar porque a mecanização do fazer esvazia o interesse pela pesquisa e êxito dos processos. Reduzir estoques, lançar, arrecadar. Fazer muito e mais depressa, fazer como puder. A conta é enorme e já não fecha.

Conforme apurou o presidente da DS/Rio, João Abreu, durante as visitas, os impactos funcionais da mensuração unicamente quantitativa são, entre outros: perda do foco investigativo; queda da qualidade das análises; preocupação prioritária

com resultados numéricos; insegurança funcional; prejuízo no contato com os colegas; insatisfação/frustração pessoal decorrente da pressão laboral; precipitação de aposentadorias.

Restou uma pergunta, impressa num grande cartaz exposto durante o evento: **“Já que todo sistema de informação gerencial gera comportamentos, que tipo de comportamento o nosso está gerando?”**



Apoio essencial

A direção da DS/Rio agradece o apoio da Afiperj à realização do seminário, disponibilizando seu salão social para o almoço dos participantes. A entidade foi representada, na mesa de abertura do evento, pela diretora de Administração, Patrimônio e Orçamento, Maria Ana da Silva (foto).



TELETRABALHO E PARTICIPAÇÃO SINDICAL

Implantado há cerca de dois anos na Receita Federal, através de projeto-piloto cujos critérios não foram totalmente definidos, o teletrabalho é motivo de anseio para muitos e de receio para tantos outros. De um lado, está a possibilidade de planejar o horário de trabalho sem enfrentar o estresse de transitar nos centros urbanos. De outro, o custo da implantação do sistema e a injustiça de ser obrigado a produzir 15% além dos colegas que trabalham na repartição. O debate foi posto no seminário e obteve um consenso: o Sindifisco Nacional deve participar dessa discussão.

Questão: “Quais são os ganhos que vocês identificam? Veem algum empecilho para que seja implantado o mais rápido possível?” (AFRFB Álvaro Tavares – Demac/RJO)

Avaliações

“Sou da Aduana e trabalho no plantão fiscal. Vou liberar carga lá de casa? E, porque falta gente e estou apertado fazendo 20 DIs, vou aceitar o relatório de metas? É o interesse público que tem que estar em discussão. A defesa da sociedade, a pulverização do poder, a descentralização. Eu quero debater com minha categoria. A gente deve batalhar o teletrabalho quando for de interesse público, não porque é bom pra mim. A ideia de se construir propostas está certa, mas num só grupo de trabalho lá do CDS, está errado”. (AFRFB Iranilson Brasil – DS/Pará)

“Temos um projeto na DEN, que se chama DEN nos Estados. Nós saímos de Brasília, do gabinete, e vamos em cada localidade, conversar com os colegas. E, com relação ao teletrabalho, não há unanimidade. O que a gente propõe e vai levar para o CDS? Uma proposta de discussão sobre o teletrabalho. Porque a categoria tem que se posicionar. E a gente apela para as DS, para cada uma delas discutir e levar para o CDS, para ampliar a discussão”. (AFRFB Carlos Rafael da Silva – DEN)

“Nossa falha, como atividade sindical, é não estar acompanhando isso. Quando formos partícipes, vamos defender o interesse público e não só os interesses individuais. A gente perdeu esse senso de coletividade. Temos estudos? De onde vem isso? Qual o objetivo? Acho que é ilegal trabalhar mais 15%. Ao aceitar o teletrabalho, reduzimos os custos da Administração. E a gente não exige nada em troca? Mas, não se está fazendo a discussão, como projeto político” (AFRFB Marcelo Lettieri – DS/Ceará)



SEMINÁRIO

Metas ascendentes, modelo questionável

O seminário da DS/Rio foi concebido para fomentar um debate envolvendo toda a categoria. Para tal, a direção além da transmissão local convidou os líderes das três correntes de pensamento que concorreram às eleições para a Diretoria Nacional Executiva (DEN) do Sindifisco Nacional, em 2013.

Em carta à DS/Rio, o presidente Nacional, Cláudio Damasceno, comunicou sua ausência por conta de outros compromissos sindicais e indicou, como representante da DEN, o diretor de Defesa Profissional Carlos Rafael da Silva. Os colegas Marcelo Lettieri (DS/Ceará) e Iranilson Brasil (DS/Pará) compareceram à palestra. O evento foi transmitido pela internet, em tempo real.

Desde o início, houve consenso entre palestrantes e plenário de que as metas não são o vilão da Receita Federal do Brasil, mas sim, o modelo adotado para mensuração do trabalho fiscal. Outro aspecto apontado é que o mecanismo de avaliação permite antever o objetivo institucional de vincular a remuneração ao desempenho do órgão. Por consequência, emergiram discussões sobre o bônus de eficiência recém-aprovado pela categoria, o subsídio associado a 90,25% do salário dos ministros do Supremo Tribunal de Justiça, a exigência de um *plus* de 15% de produtividade no teletrabalho e o cenário que se desenha para a Aduana, com uma possível separação da RFB por motivos comerciais.

Sair da defensiva – Nas palavras de Iranil-



AFRFB Álvaro (Demac/Rio) indaga sobre a presença sindical no projeto do teletrabalho

son Brasil, “a gente vai acabar sendo cumpridor de metas e tendo redução da autoridade fiscal”. Para evitar esse rumo, a DS/Pará, em assembleia realizada na véspera do seminário do Rio, propôs que seu representante no evento fosse além da análise técnica da Portaria 974, fazendo uma discussão da conjuntura atual, em que se destaca o recuo de mobilização da categoria.

“Se não estivéssemos propondo bônus de eficiência calcado em avaliação de desempenho, a Administração não teria espaço para soltar essa portaria”, acrescentou Iranilson, conclamando a categoria a se “unir por uma luta maior e sair da defensiva”.

Análise do modelo – Concordando que a questão vai além do teor da portaria, Marcelo Lettieri afirmou que “é preciso resgatar o papel do

Sindicato de discutir com a base nossos problemas no trabalho”. Questionou, ainda, o modelo de mensuração e a meta final: “Onde se pretende chegar com tudo isso?”

Em sua palestra, Lettieri fez uma avaliação desse modelo, importado da iniciativa privada – onde é alvo de severas críticas e gera enormes desarranjos – e incompatível com as premissas do Serviço Público. E advertiu: “O neogerencialismo está sendo implantado na Receita Federal sem qualquer crítica mais ampla da nossa representação sindical. Mas, é fundamental dizer que, para que esse modelo se consolide, precisa ter a vinculação dos indicadores com a remuneração”. Em síntese, a criação de algum tipo de gratificação extra, como um bônus por eficiência.



Cadê as prerrogativas?

AFRFB
Iranilson Brasil

Carreira: “Li toda essa portaria e não fala a palavra qualidade, só fala em quantidade. Isso aqui é pior que a catraca do ponto. Tenho que descrever cada coisa

que faço, para virar um padrão, me impor um padrão. Eu chamo principalmente a juventude! Porque, com essas avaliações, não vão conseguir chegar ao topo [da carreira]. Está aqui o Sidec [*], distribuído em 2008, que barramos com nossa greve. A lógica dessas avaliações é criar barreiras para chegar no topo, é quebrar a paridade, é fazer a remuneração variável. E esse colega jovem, que está chegando, saiba: isso não é novo! Na década de 90 foi usado no Banco do Brasil. Lá era Previ, aqui é o Funpresp. Porque, quando se paga bônus, não precisa recolher para o fundo de pensão. E, não recolhendo, a

sua reserva matemática, no futuro, não pagar a sua aposentadoria integral. Infelizmente, ainda estamos lutando como se fôssemos duas carreiras. Isso é muito injusto e temos que reverter isso. Mas, enquanto isso, não posso aceitar que a reserva matemática do meu companheiro que está entrando [na Receita] já seja manipulada contra ele mesmo. Chamo principalmente a juventude e os aposentados, porque a derrota dos que entram é a derrota dos aposentados. Daqui a algum tempo, vão dizer: ‘Ah, porque eles têm fundo de pensão e vocês estão dando despesa ao Estado, está na hora de mexer nas aposentadorias’. Temos que voltar a nos unir. Mas, para isso, é preciso ter uma direção política. Temos que fazer muitos seminários como esse. A DS/Pará vai seguir esse exemplo”.

Salário: “Acho uma contradição, quem defende a LOF defender bônus de produtividade. Se eu estivesse discutindo 90,25% do salário do Supremo não estava dependendo de bônus. Vai acabar quebrando a paridade e não entra no salário, não fica para sempre, é uma bobagem”.

Aduana: “Apareceu uma situação nova, no projeto da LOF, que a gente vê com muita preocupação. Na distribuição das atribuições, foi dada uma atribuição nova aos analistas tributários. Cabe a eles, agora, exercer procedimento de controle físico de entrada, passagem e saída de pessoas, de veículos, de mercadorias e bens estrangeiros no território nacional. A fiscalização direta da carga não pertence ao Auditor-Fiscal, porque agora existe uma Aduana Virtual. Eu não vou mais ficar nas pontas das fronteiras, vou ficar num escritório. Alguns vão achar bom, mas não sabem o equívoco que está acontecendo. Vou ficar num ar condicionado, numa sede em algum lugar, vou pedir a quem detém agora a atribuição de fiscalizar a carga para [ir] lá. Eles vão dizer ‘a carga está boa’ e a responsabilidade é minha, quando eu liberar. E eu, que era um Auditor-Fiscal e agora sou um analista virtual, vou receber meu processo na mão, vou confiar na autenticidade dos documentos que o outro aferiu e que o outro olhou, e vou apertar o botão. Essa é a modernidade que estamos construindo. Precisamos dos melhores da categoria unidos para lutar e convidar essa juventude a assumir a direção do Sindicato, também”.



AFRFB
Carlos
Rafael da
Silva (DEN)

Grupo de Trabalho – O Auditor Carlos Rafael, focou suas intervenções na Portaria 974, por entender que esse foi o tema proposto para o seminário. Considerou, ainda, que não havia por que falar sobre bônus de eficiência, uma vez que o mesmo “já foi aprovado pela categoria há vários meses”.

Segundo ele, a preocupação da DEN com a Portaria 974 levou a Diretoria de Defesa Profissional a sugerir, na reunião do Conselho de Delegados Sindicais (CDS) de maio, a criação de um Grupo de Trabalho – composto por um representante das Delegacias Sindicais de cada Região Fiscal –, para analisar os indicadores e metas usados hoje na RFB. O objetivo é “chegar o mais próximo possível da realidade, mensurar um trabalho que vai ser executado num processo ou num procedimento fiscal”, explicou o diretor Nacional.

Carlos Rafael lembrou que “esse cálculo de preencher horas de trabalho já existia na Fiscalização há muitos anos. E sempre houve lá a discussão de que não tinha realidade entre o que era solicitado e a dificuldade de cada um dos trabalhos”.

Ele informou, ainda, que transferiu a reunião do GT, de São Paulo para o Rio, para possibilitar a participação de seus integrantes no seminário – e convidou as Delegacias Sindicais a indicarem seus representantes regionais.

(*) No final de 2007, em reunião com o Sindicato (na época, Unafisco Sindical) para discutir critérios de progressão e promoção, o governo propôs instituir o Sistema de Desenvolvimento da Carreira (Sidec) – programa baseado em critérios de avaliação meritória dos servidores, cuja pontuação seria usada para a Premiação por Desempenho Destacado (PDD). Todos, na RFB, teriam progressões e promoções nas respectivas carreiras condicionadas a três fatores: a) mérito do servidor; b) existência de vagas para promoção dentre as classes, limitadas a até 40% (0 a 40%), a critério do governo, dos que fossem considerados aptos, pelos aspectos definidos do item “a”; c) existência de disponibilidade orçamentária. A DS/PA, com a colaboração na DS/Rio, analisou e rejeitou o Sidec por: ser inadequado às prerrogativas e atribuições do cargo de Auditor-Fiscal e à missão institucional da Receita Federal; fragilizar a carreira, a RFB e o próprio Estado; abrir espaço à politização da instituição; mitigar a autoridade fiscal; quebrar o direito à paridade dos aposentados e pensionistas, por via da PDD.



De onde vem esse modelo?

AFRFB Marcelo Lettieri

Origem: “O que se denominou a *nova administração pública ou administração como ciência do gerenciamento*, surgiu com o avanço do modelo neoliberal. Vendeu-se a ideia de que o Estado era ineficiente, ineficaz. Então, o termo “eficiência” passou a figurar entre os princípios da administração pública. A consequência foi trazer do mercado – que “funciona bem e é eficiente” – os conceitos de gerenciamento e aplicar isso dentro da administração pública. A base das reformas foi a diminuição do aparelho do Estado. E, dentro da gestão do setor público, aplicação de técnicas empresariais – principalmente, foco no resultado com avaliação de desempenho, que só é possível se houver pagamento por performance”.

Investidas: “O grande marco desse modelo na Receita Federal foi a MP 1915. Os mais antigos sabem a luta feita, em 1998, pelo subsídio, discussão que surgiu aqui, no Rio de Janeiro. Fizemos os estudos técnicos, levamos para o acordo de 98. O que veio foi a GDAT [*]. Na primeira edição da MP, no dia 29 de junho, vinha lá “avaliação de desempenho e a curva forçada”. Fizemos uma luta homérica, a partir da base, para reorganizar a categoria e impedir a curva forçada – tinha que avaliar os servidores, mas não podiam ser todos bem avaliados: 10% tinham que receber nota máxima; a maioria, uns 60%, nota média, e por aí vai. A resposta do governo, 30 dias depois, com a reedição da MP 1915, foi a quebra da paridade, com dois elementos de pagamento – institucional e individual. Foi uma luta de três anos para recuperarmos a paridade. Depois, a gente caiu em novo canto da sereia, de que era possível ter remuneração por produtividade estendida aos aposentados: em 2004, nova pancada com a Gifa [**]. Para coroar esse modelo da 1915, tivemos o Sidec. Tudo o que está aqui, está lá, e sendo implantado passo a passo”.

GDAT – O Gratificação de Desempenho e Atividade Tributária Gifa – Gratificação de Incremento à Fiscalização e Arrecadação

Foco: “A gente precisa sair da resistência e pautar a discussão. Sair daquela armadilha do “nós não queremos metas”. É óbvio que qualquer organização, pública ou privada, precisa entregar resultados. E a pública, resultados para a sociedade. Na Receita Federal, o link entre a missão institucional e o trabalho está cada vez mais distante. Como instrumento de gestão, gerenciamento não é problema. O problema é quando esse instrumento se torna um fim em si mesmo e é calcado no chamado modelo de competição. Hoje, as regiões competem por recursos com base no cumprimento de metas! Nosso problema é a insistência na produtividade quantitativa sem preocupação com a qualidade. Como estamos acompanhando a qualidade dos nossos autos de infração, das nossas decisões da DRJ?”

Modelo: “O modelo que está sendo implantado na RFB é todo baseado no livro “Governança por Resultados”, dos pesquisadores Humberto Falcão Martins e Caio Marini. O modelo-base, de indicadores de desempenho, é todo calcado no chamado Balanced ScoreCard (BSC), que nada mais é do que média ponderada. Ele faz um indicador, que é a média das médias ponderadas dos indicadores. Estamos copiando modelos de gestão que fracassaram ou estão sendo abandonados, inclusive pelo setor privado”.

Pesquisas: Outro livro: “Get rid of the performance review!” (Livre-se das avaliações de desempenho!), de Samuel Culbert. [Ele] fez uma pesquisa com mais de mil presidentes de grandes empresas. E chegou à conclusão que avaliação de desempenho e pagamento por performance não têm nenhuma relação com lucratividade ou melhoria de qualidade de serviço, de trabalho, de nada. E ele se pergunta: “Mas, se não funciona e todos os presidentes sabem disso, por que todo mundo ainda está utilizando esse modelo?” Uma das defesas é que o sistema é objetivo e não está sujeito a nenhuma subjetividade! E fizeram uma pesquisa para saber qual a melhor maneira de mudar de avaliação – era mudar de chefe. Outra discussão é sobre a motivação. Esse livro, “Drive”, do neurocientista Daniel Pink, é fruto de pesquisa na Universidade de Harvard para discutir o pagamento por performance ou por bônus de produtividade. Mostra que, quando a atividade é predominantemente intelectual, esse tipo de remuneração não só não aumenta a motivação, como desmotiva. E a gente está copiando esse modelo, enquanto empresas privadas e setores públicos o estão discutindo”.

Conclusões: “O que está faltando para fechar esse modelo? Os autores do modelo dizem: ‘A vinculação final entre a estratégia e as ações do dia a dia ocorre quando as empresas vinculam o programa de recompensa dos indivíduos aos indicadores’. E como se faz isso? ‘Só tem uma forma: o pagamento por performance ou o bônus de produtividade’. Não somos contra as metas, pura e simplesmente. Somos favoráveis a um modelo de gestão que resgate as atribuições do cargo de Auditor-fiscal e a instituição Receita Federal, que está apagada. Isso é um absurdo: a gente se diminuiu”.



SEMINÁRIO

Interações com o plenário



“O Grupo de Trabalho se originou de proposição nossa, no CDS, que teve origem na reivindicação dos colegas de São Paulo, inconformados com as metas fixadas hoje e a repercussão no trabalho. Na Defis se reclama muito da diferença de horas para as Demac. Na DRJ, dos critérios, porque as turmas são especializadas e percebe-se uma diferença grande de resultados entre elas. Isso denota não eficiência, mas erro do modelo, erro dos índices utilizados”.

(AFRFB Osvaldo Martins – DS/SP)



“Particpei do treinamento em Joinville. Foi dito que esse modelo é um projeto pessoal do atual Secretário. Já estamos preenchendo os FRA e vendo que, cada vez mais, isso nos torna isolados, numa competição interna, cada

qual querendo cumprir o seu trabalho numa hora menor. Fiquei assustado com a fala do Carlos Rafael. A DEN atual está aceitando esses princípios”. **(AFRFB Gelson Santos – DS/Itajaí)**



“Temos um abaixo-assinado, iniciado em Itá. Precisamos de 4 mil assinaturas. O que está ocorrendo com a DEN omissa é nossa autodestruição. Em Administração Científica, eram contados o tempo e os movimentos para construir uma parede. Isso está sendo feito na RFB, quando nos tolfem a capacidade de pensar. O abaixo-assinado é para reagirmos e mostrarmos à DEN que ainda temos essa capacidade”.

(AFRFB Joel Eich – DS/Curitiba)



“Pergunto: por que não ocorreria quebra de paridade e pressão sobre os ativos e aquele inferno da competitividade nesse momento? A DEN está mais preparada agora? O Sindicato está mais forte e a categoria, mais mobilizada?”

Não devemos verificar se a quantidade de horas é apropriada ou não, na discussão de metas. Devemos questionar o modelo. A DEN está disposta a fazer essa discussão de fundo?” **(AFRFB Paulo Gil – DS/Campinas-Jundiaí)**



“A meta tem que ser construída dentro dos recursos que você tem. Quem não sabe motivar, não acredita em motivação, não respeita a autoridade fiscal, cuida de cumprimento de horas e de atendimento de metas quantitativas, sem

discutir as razões por que a meta foi atingida ou não – e como possibilitar que sejam atingidas, se forem factíveis” **(AFRFB Luiz Sérgio – DS/BH)**



“Gostaria de saber o que estamos fazendo hoje, setembro de 2014, para enfrentar o próximo governo, inclusive na área de mensuração do nosso trabalho, que já foi bastante respeitado pela sociedade brasileira. Hoje, com mais atribuições e competências legais, estamos com a carreira esvaziada de importância” **(AFRFB Maria de Lourdes – DS/Maranhão)**



“No mesmo CDS, aprovamos que iríamos levar ao Secretário da Receita Federal a solicitação de suspender a portaria 974... Se nos atívéssemos a 38% das declarações, lançaríamos 88% do crédito tributário das malhas. Mas a Administração exige que façamos todas as malhas. Temos lançamentos em Ribeirão Preto de R\$ 10, R\$ 13,20. Que meta justifica isso? Qual o custo de se lançar na malha?” **(AFRFB Francisco César – DS/Ribeirão Preto)**



“Lamento que milhares de colegas não tenham oportunidade de ouvir o que estamos debatendo aqui. Solicito que nossa Direção Nacional possibilite esse acesso. Se isso fosse feito cotidianamente, teríamos outros resultados nas assembleias”. **(AFRFB Ivan Segal – DS/Pelotas)**



“O que se tem que discutir, primeiro, é o objetivo da Fiscalização. A quem ela atende? À sociedade brasileira. Dentro desse objetivo, que formas podemos trazer para ser mais efetiva e eficaz? Agora, quando um dos critérios é volume de processo e quem trabalhar em casa produz mais 15%... Para quê? Descontar o valor da passagem? Me espanta que essa discussão não seja levada a todos”. **(AFRFB aposentada Maria Izabel – DS/Rio)**



“Hoje somos 28 Auditores para tomar conta do segundo maior porto do país. Da forma como está o processo de trabalho, não existe um controle, não sabemos se o certo é fazer cinco, dez, 15 DIs. Não é simplesmente não quereremos metas. Talvez devêssemos pensar em como fazer para dar mais equidade à divisão do nosso trabalho. A questão do teletrabalho também nos interessa”. **(AFRFB Juliana Christina – Porto de Paranaguá)**



“O trabalho [feito na Demac] levou meses de análise de processo e de trabalho, item por item, levando em conta a individualização das pessoas. Quando veio o camarada de Brasília, jogou fora o que fizemos exclusivamente para medir tempo. O xis da questão é procedimento. Querem em duas horas? Me digam como fazer. Façam um roteiro dos procedimentos a seguir. Não podemos nos colocar em risco por causa de medição de tempo.” **(AFRFB Alexandre – Demac/RJO)**



No sentido horário, Auditores Leonildo Soares, João Abreu, Luciano Zamilute, Marcílio Ferreira, Marcus Pontes e Eliana Polo

Condições adversas de trabalho preocupam Auditores do Espírito Santo

A direção da DS/Rio, através do presidente João Abreu e do diretor de Assuntos Jurídicos Marcílio Ferreira, prestou apoio aos colegas do Espírito Santo, no dia 3 de outubro, em reunião com a Superintendência da 7ª Região Fiscal. Agendado pela Delegacia capixaba, o encontro teve o objetivo de expor os diversos problemas que vêm interferindo no desempenho e na motivação dos AFRFB daquela localidade.

Os representantes sindicais foram recebidos pela Superintendente Eliana Polo Pereira e seu Adjunto Marcus Vinicius Pontes. Os diretores da DS/ES Leonildo Soares Junior (presidente) e Luciano Zamilute Teixeira (diretor de Assuntos Parlamentares) solicitaram que a Superintendência Regional encaminhe o relato sindical ao Secretário da Receita Federal, Carlos Alberto Barreto, para reflexão institucional sobre as condições de trabalho.

Moção de Itajaí – Na mesma data, a direção

da DS/Rio encaminhou à Superintendência da 7ª RF uma cópia do Manifesto de Itajaí, aprovado em assembleia naquela Delegacia Sindical, em setembro. Trata-se de **Moção de Apoio e Solidariedade** aos colegas atingidos por atos executórios decorrentes da “Operação Nebulosa”, deflagrada pela RFB em parceria com a Polícia Federal.

O documento ressalta que equívocos institucionais e no modo de conduzir as investigações resultaram em graves prejuízos funcionais para os Auditores da Alfândega. O manifesto lamenta a precarização das condições de trabalho e o clima de insegurança funcional que se instalou na aduana de Itajaí. Destaca, ainda, o “sentimento de repúdio ao aviltamento sumário da honra e da reputação dos colegas atingidos” – que buscaram assistência jurídica através do Sindicato e esperam “uma investigação justa, criteriosa, objetiva, imparcial e transparente” dos fatos.

Defesa de Auditor sob investigação patrimonial será na região de domicílio

Através da Portaria nº 62, de 10 de outubro, a Corregedoria da Secretaria da Receita Federal alterou os procedimentos de Investigação Patrimonial instituídos em 2007 e ainda não concluídos. Na portaria, o corregedor Antônio Carlos Costa d’Ávila Carvalho determina que os servidores designados para execução das análises – os integrantes da Equipe Nacional de Investigação Patrimonial – elaborem relatório sucinto, informando a situação dos processos. O relatório será encaminhado diretamente à autoridade instauradora da investigação – o Chefe de Escritório de Corregedoria (Escor) da Região Fiscal de lotação do Auditor –, para fins de decisão.

Na prática, os AFRFB poderão apresentar defesa no Escor da Região Fiscal de sua lotação – e não fora de domicílio, como vinha ocorrendo. A portaria, publicada no Diário Oficial da União do dia 13 de outubro, também determina a revogação, a partir de 10 de novembro, de portarias anteriores referentes à Investigação Patrimonial – Coger nºs 52, 53, 113 e 169, publicadas em 2010; e de nºs 3, 12 e 22, de 2014.

Defesa presencial – A Portaria nº 62/2014 foi bem recebida pela direção da DS/Rio, pois facilita o acesso de seus filiados à ampla defesa presencial acompanhada por um advogado. Isto porque a investigação patrimonial no domicílio do Auditor elimina o elevado custo financeiro com deslocamentos de advogados.

No dia 21 de julho, a DS/Rio apresentou essa preocupação ao chefe do Escritório de Corregedoria na 7ª Região Fiscal (Escor07), Auditor Christiano José Paes Leme Botelho. Na ocasião, o presidente João Abreu relatou dificuldades de filiados que enviaram documentos para análise e ficaram aguardando o resultado, sem apoio de um advogado. Ele também citou a demora na análise dos processos, o que interfere na recuperação da memória exata das ocorrências.

“Por isso, o Sindicato recomenda a defesa técnica e desaconselha a autodefesa, mesmo na fase inicial da investigação. Dessa forma, é possível evitar os custos e o desgaste da abertura desnecessária de um PAD”, disse João Abreu, na época.

Seminário defende aduana junto à RFB

A Aduana deve permanecer na Receita Federal, em prol dos interesses da sociedade brasileira. Essa é a avaliação dos AFRFB de todo o país que se reuniram no Seminário Aduaneiro Nacional e do Mercosul, em Manaus (AM), nos dias 15 e 16 de setembro, para debater os impasses à execução do trabalho fiscal. O evento foi proposto pela DS/Pará e organizado pela Diretoria Executiva Nacional (DEN), com recursos do fundo de mobilização.

Para os Auditores, as dificuldades atuais decorrem de políticas de administração que focam no ambiente de negócios e na facilitação ao comércio exterior, privilegiando interesses do setor privado. A possibilidade da separação da Aduana da RFB, para agilizar o lado comercial, preocupa os AFRFB, cujo trabalho visa à proteção aos interesses da sociedade brasileira.

Críticas e Propostas – No documento final, intitulado “**Aduana na RFB a serviço da sociedade**”, são citadas, de forma específica, três políticas administrativas que reduzem a força da RFB e impedem a plena atuação fiscal. São elas: corte de gastos nos serviços públicos, promovendo o superávit primário para manter o elevado nível de pagamento na rolagem da dívida pública; facilitação do comércio exterior sem a devida preocupação com o controle aduaneiro; tentativa de implantação da lógica do gerencialismo como forma de administração da atividade de fiscalização.

Do debate, nos grupos e no plenário, surgiram contribuições valiosas para defesa e aperfeiçoamento do sistema aduaneiro nacional, que serão apresentadas na reunião de novembro do Conselho de Delegados Sindicais (CDS).

A delegação da DS/Rio foi composta pelos diretores Marcílio Henrique Ferreira (Assuntos Jurídicos), Airton Dias (Adjunto de Saúde e Qualidade de Vida) e Regina Hardman (Suplente), e pelos filiados Domingos Antonio Tinoco, Everardo Campos, Leandro Freitas Pires, Luciano Rebouças, Maria Tereza Pires Soares, Mary Rodrigues da Costa e Rejane Ramos do Nascimento.

Quando Saúde é questão de Direito

Filiados do Rio aguardam ação nacional contra abusos nos planos da Assefaz

Aumentos abusivos, mau atendimento, cortes de serviços sem qualquer justificativa, redução de profissionais e estabelecimentos conveniados, impossibilidade de migração para contratos menos onerosos, atraso nos reembolsos das despesas com remédios ou nos atendimentos por livre escolha. Como se fosse pouco, não especificação no boleto de cobrança dos valores pagos e atraso no repasse do Per Capita Saúde Complementar (**ver quadro**). Esses problemas afetam parcela considerável dos filiados do Rio com mais de 60 anos de idade vinculados aos planos de saúde Assefaz e Geap.

No Rio, os problemas com o contrato da Assefaz vieram à tona a partir de julho de 2012, através do atual diretor-Adjunto de Qualidade de Vida Airton Dias (*foto*). Na época, ele identificou reajustes abusivos no plano de saúde e expôs o assunto à direção sindical.

Situações similares – O desrespeito ao Estatuto do Idoso e à lei dos planos de saúde (Lei 9.656/1998) provocou reações em outras localidades. O Congresso Nacional dos Auditores (Conaf) de 2012 aprovou tese da DS/Curitiba – referendada em Assembleia Nacional, no dia 14 de dezembro daquele ano –, autorizando o Sindifisco Nacional a atuar, inclusive judicialmente, para garantir os direitos dos usuários do plano de saúde da Geap.

Em maio deste ano, na reunião do Conselho de Delegados Sindicais (CDS), em Brasília, a DS/Recife propôs estender-se tal proteção jurídica aos beneficiários do contrato da Assefaz. O tema foi submetido à Assembleia Nacional e aprovado no dia 30 de julho. Eis o texto: “O Sindicato Nacional, a exemplo do que já se decidiu por ocasião da Assembleia Nacional realizada em 14/12/2012, com relação à Geap, deverá interceder pelos direitos de seus filiados vinculados à Assefaz em todas as instâncias que se façam necessárias, inclusive impetrando medidas judiciais, quando cabíveis”.

Proteção jurídica – Portanto, falta somente a Diretoria Executiva Nacional (DEN) contratar escritório jurídico para defender os filiados desrespeitados – idosos, em sua grande maioria.

Preocupado com a demora, Airton Dias ressalta que somente a proteção jurídica poderá coibir os abusos. “A cada dia, as administradoras criam novos mecanismos para onerar os idosos. Os custos elevados e a impossibilidade de migrar para planos de valor menor estão levando muitos colegas a cancelarem seus contratos”, alerta o diretor da DS/Rio, que complementa as informações nessa entrevista.

Quando começaram os problemas com o plano da Assefaz?

Airton Dias – Em julho de 2012, quando a Assefaz reestruturou os planos de saúde existentes, que foram reconfigurados e resumidos em seis novos planos. Nos últimos 24 meses, essa reestruturação acarretou aumento médio total de 256% – 84% em 2012; 21% em 2013 e 14,73% em 2014. O pior é que o aumento incidiu somente sobre aposentados e pensionistas idosos.

Que ações foram tomadas para coibir os abusos?

Airton Dias – Há uma Representação, que eu mesmo fiz, junto à 3ª Promotoria de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência do Ministério Público do Rio de Janeiro. Na DS/Rio, já promovemos duas palestras para os beneficiários, em 2013 e em setembro último. Também criamos um plantão, às terças e quintas-feiras, a partir das 14h, na Sede Quitanda, para dirimir as dúvidas dos colegas. E, no dia 15 de outubro, em Brasília, relatei nossos problemas à ouvidora da Assefaz, Nádya Ferrão.

A ação do Sindicato Nacional pode reverter esse quadro?

Airton Dias – Os aumentos abusivos focaram os idosos, aposentados e pensionistas, cujos proventos já estão diminuídos por outros motivos, como a contribuição previdenciária e o redutor de 30% do valor da pensão acima do teto do regime geral para os pensionistas. Com a ajuda jurídica do Sindifisco Nacional, já aprovada pela categoria, podemos reverter esse quadro, criminoso e desrespeitoso, imposto aos filiados idosos, entre os quais me incluo. Afirmo, sem medo de errar, que o objetivo perverso desses planos de saúde é expulsar os idosos de seus contratos. Precisamos que nosso Sindicato, através da Diretoria Executiva Nacional, viabilize com urgência a ajuda jurídica, pois, infelizmente, muitos colegas estão cancelando os contratos devido ao valor absurdo. Outros, faleceram nesse período.



O pagamento do per capita

A parcela referente ao custeio da Assistência à Saúde Suplementar (conhecido como Per Capita Saúde Suplementar) era paga pelo Ministério da Fazenda (MF) ao Plano de Saúde, que o repassava à conta bancária do servidor público. Inicialmente, o pagamento do Per Capita era registrado no contracheque por meio de artifício contábil – creditar e, simultaneamente, debitar o valor correspondente. Isso criava um descontrole para os associados da Assefaz que desconheciam o procedimento. Diversos colegas ficaram sem receber o valor.

Em agosto de 2013, ainda como associado, comuniquei ao gabinete da Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) que a Assefaz não estava efetuando o repasse, o que configurava apropriação indevida. A partir de dezembro de 2013, o MPOG determinou que o MF creditasse o valor do Per Capita diretamente no contracheque dos servidores públicos.

Mas, em outubro deste ano, MPOG e MF retornaram ao procedimento antigo – creditar e, ao mesmo tempo, debitar o valor no contracheque, entregando o recurso à Assefaz, para reembolso aos servidores através de conta bancária. A mudança os obriga a ir ao MF, para atualização da conta bancária. Ou seja, a responsabilidade pela atualização da conta bancária, para recebimento do Per Capita, foi transferida aos próprios servidores. Essa obrigação deve recair sobre o MF e a Assefaz, e não sobre aposentados e pensionistas, muitos dos quais com dificuldades de locomoção e visão. (*Airton Dias*)

Trekking em Mauá tem recorde em participantes



Superando o sucesso das edições anteriores, o trekking a Visconde de Mauá (RJ), realizado no mês de setembro, teve a participação de 40 impávidos trilheiros, entre filiados à DS/Rio e seus convidados. Animadíssimos, eles se dividiram em diferentes grupos, de acordo com o tipo de caminhada preferido. Dessa forma, todos puderam aproveitar as diversas opções de lazer da belíssima região

fluminense. De brinde, receberam da natureza dias de sol firme e temperatura amena, o que tornou o final de semana (12 a 14/09) simplesmente esplêndido!

O coordenador da atividade, Auditor aposentado Arnaud Silva, não tem previsão de outro passeio para este ano. Mas, em 2015, certamente os adeptos do trekking terão novos e bons caminhos a trilhar.



Dias de sol e bela paisagem receberam nossos trilheiros



Conversando em...

A diretoria da DS/Rio irá ampliar o projeto “Conversando em...” a partir de 2015, com turmas para iniciantes nos idiomas francês e inglês. Cada idioma terá duas horas-aula semanais na Sede Debret. As turmas, de até 15 pessoas, serão abertas a filiados da ativa, aposentados e pensionistas. O valor semestral (R\$ 600,00), em regime de coparticipação, poderá ser pago em duas parcelas – uma no ato da matrícula e cheque para 30 dias. Informações: Márcia ou Vania, nos telefones (21) 3125-3808 e 3125-3809.

May I help you?



Inclusão digital

O computador é o recurso mais eficaz e econômico da atualidade, mas é preciso saber usá-lo. Por isso, a diretoria da DS/Rio está promovendo o **Curso de Inclusão Digital para Iniciantes**, com duas aulas semanais. O curso é **gratuito, exclusivo para filiados** e ministrado para grupos pequenos, num ambiente tranquilo, na Sede Quitanda. Informações pelo telefone (21) 3916-8550.

Fazendários do Amor

O Auditor Luiz Carlos Alves, presidente do **Bloco Recreativo Fazendários do Amor**, convida os foliões da Receita Federal para os ensaios da agremiação, que esquentam os tamborins para o Carnaval 2015. Os ensaios acontecem aos sábados, das 13h às 17h30m, no restaurante Porto Novo (Rua do Ouvidor, 12, perto do Paço Imperial, Centro do Rio). Informações diretamente com o colega, pelo e-mail luzcarlos58@yahoo.com.br

Festa de fim de ano

O fim de ano está chegando! A direção da DS/Rio já iniciou os preparativos para a tradicional festa de confraternização dos filiados, seus familiares e amigos. O evento será no dia 3 de dezembro, no Clube Monte Líbano. Informações e convites disponíveis em breve!

FALSO RECADASTRAMENTO

Atenção, aposentado! Se alguém se apresentar em sua residência como agente de cadastramento do Ministério da Fazenda (MF), sem prévia solicitação, não atenda. O cadastramento anual obrigatório dos aposentados é feito exclusivamente no Banco do Brasil. Quando não há condições físicas de comparecer à agência bancária, o fato deve ser comunicado à Central de Atendimento a Inativos e Pensionistas (Caip) do MF, que irá agendar visita domiciliar do Serviço Social do órgão.

Voluntários para Núcleo RJ

Através da DS/Rio, a Auditora aposentada Rita de Cássia Pinel Vieira convida os colegas da ativa e aposentados a participarem, como voluntários, do grupo de trabalho responsável pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública Brasileira no estado do Rio de Janeiro. O projeto teve início em 2000, por iniciativa da Auditora Maria Lúcia Fattorelli, e é desenvolvido em núcleos regionais. Por falta de pessoal, o trabalho do Núcleo RJ está defasado. Os encontros são na última quarta-feira do mês, às 18h, na sede do Sindicato dos Servidores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Assibge – Sindicato Nacional), na Avenida Presidente Wilson, 201 – 8º andar, Centro. Contato com Rita de Cássia através do rvrpinels28@gmail.com. Ela também recomenda o vídeo “Dívida Pública Brasileira: a soberania na corda bamba” (<https://www.youtube.com/watch?v=aFzke1cCwUg>).



Adoecimento no trabalho

A DS/Belo Horizonte, em conjunto com as demais entidades que integram a Frente Mineira em Defesa do Serviço Público, promoveu no dia 30 de outubro a palestra “Autoritarismo e Psicopatologia do Poder: o adoecimento no trabalho”. O evento fez parte das ações locais referentes à Semana do Servidor Público e teve, como palestrantes, o Prof. Dr. Roberto Heloani (Unicamp) e o psicólogo Arthur Lobato, Especialista em Saúde do Trabalhador. A DS/Rio foi representada pelo diretor de Administração Fábio Cabral.

Carta de Itá

Reunidos entre 31 de julho e 3 de agosto, na localidade de Itá (SC), para encontro anual, os AFRFB filiados às DS de Curitiba, Florianópolis e Joinville lançaram manifesto pela unidade da categoria na luta sindical pelos 90,25% e votação do texto original da PEC 555/2006. A “Carta de Itá” diz que “ainda é tempo de impedir a autodestruição da categoria, que deve rediscutir amplamente a questão, inclusive submetendo novamente à Assembleia Nacional”. Abaixo-assinado à DEN acompanha o texto. Os filiados à DS/Rio que decidirem subscrever o manifesto encontram cópia do documento nas Sedes Debret e Quitanda.



Reforma Tributária

As implicações e entraves à reforma tributária nortearam o seminário realizado pelo Instituto Justiça Fiscal (IJF) na Sede Quitanda da DS/Rio, no dia 15 de agosto, com apoio da direção sindical local. O IJF propôs a discussão de propostas pontuais, a fim de transformar o sistema tributário em instrumento de redução das desigualdades sociais. Houve, ainda, apresentação do site “Donos do Congresso”, lançado em abril. O site expõe dados de financiamento das campanhas eleitorais brasileiras em 2010 e destaca a

expressiva participação de conglomerados econômicos. Os palestrantes foram os Auditores Dão Real dos Santos Pereira (DS/Porto Alegre), Vera Teresa Balieiro (DS/Rio) e Marcelo Lettieri (DS/Ceará) – na foto, com o vice-presidente da DS/Rio, Antonio Henrique Cunha (2º à esq.). Os palestrantes também analisaram o tema na “Mesa Tributária” do programa radiofônico Faixa Livre. Áudio disponível na internet: <http://www.aepet.org.br/site/faixalivre/pagina/200/Programa-Faixa-Livre-15082014>